

**Acta nº 04 - Reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, celebrada em trinta de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito.**\_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_Aos trinta dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente, Engenheiro Narciso Ferreira Mota, os Vereadores Senhores Dra. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Dr. Carlos Alberto Rodrigues dos Santos da Silva e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes, comigo Maria Albina Junqueira dos Santos Lopes, Chefe de Secção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Encontravam-se também presentes os funcionários Chefe de Divisão de Urbanismo, Arquitecto Celestino Ferreira da Mota e o Chefe de Divisão de Obras Públicas, Engenheiro Abel Fernando de Meneses Moutinho e ainda a Dra. Maria da Conceição Castro, do Gabinete Jurídico e Contencioso.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Faltas dos Membros da Câmara.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as faltas dos Vereadores Senhores Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus e Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo.\_\_\_\_\_

**Acta da Reunião Anterior.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião a acta da reunião anterior, cujo exemplar foi previamente distribuído por todos os seus membros, tendo sido aprovada, por unanimidade, e assinada pelo

Senhor Presidente e Chefe de Secção dos Serviços Administrativos. \_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_ Pelo Vereador Senhor Dr. Carlos Pires Lopes, foi apresentada a seguinte declaração de voto: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Aprovo a acta da reunião anterior, ocorrida em 23/1/98, com a seguinte declaração de voto, que desejo seja exarada na acta desta reunião: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quero referir-me concretamente à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, relativa à Regionalização, para cuja aprovação o mesmo apelou com veemência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De facto, na discussão que teve lugar sobre o assunto e que foi gravada, manifestaram os Senhores Vereadores Luís Diogo Mateus e Dr. João Coucelo, absoluta discordância com a oportunidade da proposta, com argumentos idênticos aos que também utilizei:

não sabemos ainda como vai ser feita a regionalização; não sabemos ainda se a regionalização vai trazer vantagens (e quais) para os municípios; não sabemos sequer se vai ou não haver regionalização. Curiosamente, em sondagem da Universidade Moderna ontem divulgada, o povo português pronuncia-se mais pela negativa do que em sentido favorável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por motivos particulares fui nesta altura forçado a abandonar a reunião, após ter declarado a minha posição de abstenção sobre a proposta. Estava nessa ocasião convicto que os Senhores Vereadores que referi, tomariam posição idêntica, pois outra coisa não poderia depreender-se das suas intervenções. Contudo, ao fazer a leitura da acta da reunião, verifico que tal não aconteceu, tendo aqueles autarcas votado também favoravelmente a proposta. A ilação que me permito retirar desta forma de actuação, é, no mínimo, de completa incoerência, provavelmente obrigada pela disciplina partidária. Todavia, tal disciplina não pode, em minha opinião, coadunar-se com os interesses dos munícipes e do município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esta forma de estar na política, faz-me agora compreender melhor, que as razões que estiveram na base da aprovação da proposta das reuniões camarárias à porta fechada, não são unicamente as que se prendem com a privacidade dos munícipes e com melhores métodos de trabalho. Serão seguramente também os interesses de alguns, de não virem a público as incoerências das suas posições e atitudes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De resto, situação como aquela que teve igualmente lugar na última reunião do executivo, relativamente à eventual admissão a concurso à empreitada de pesquisa, captação e distribuição de água às freguesias de Vermoil, S. Simão e Santiago de Litém, de uma empresa das Meirinhas, colocaria a ridículo, caso fosse do domínio público, quem, com a

responsabilidade e a obrigação de não alinhar em ilegalidades, queria a todo o custo admitir a mesma, sem estarem minimamente preenchidos todos os requisitos legais.” \_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_ O Senhor Presidente da Câmara disse que a proposta sobre a Regionalização que apresentou foi em defesa de Pombal, os Senhores Vereadores da maioria votaram favoravelmente, o Senhor já não estava presente e parece que ficou escandalizado com a leitura da acta, provavelmente por pensar que não haveria solidariedade por parte dos Senhores Vereadores para com o Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Mais informou ser extemporânea essa pseudo declaração de voto, que não foi anunciada quando deixou a intenção pela abstenção na altura em que se ausentou, mas sim, uma declaração política, que reprovou por ser ofensiva. Mais exigiu, ao Gabinete Jurídico e Contencioso na pessoa da Senhora Dra. Conceição Castro, de imediato um inquérito ao conteúdo da mesma para as devidas averiguações e conclusões, porque põe em causa a dignidade deste Órgão Executivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em relação à insinuação que o Senhor Vereador faz na sua declaração de voto sobre a admissão de uma proposta de uma empresa sediada nas Meirinhas, disse que gostaria que a mesma tivesse sido admitida, não por ser da sua terra natal, mas sim por ser a de mais baixo preço (5.653.000\$00) com uma diferença de 4.000 contos, em relação à proposta de valor imediatamente superior que é de 9.502.700\$00. Disse, ainda, que defendia a Firma das Meirinhas tal como defenderia qualquer outra desde que essa Firma contribuisse para defender os interesses do Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pela Senhora Vereador Dra. Maria Ofélia Moleiro foi dito que em relação à parte da declaração em que o Senhor Vereador Dr. Carlos Lopes estabelece uma relação entre o que se passou aquando da análise e decisão sobre a admissão das propostas e a deliberação sobre as reuniões passarem a ser privadas, pensa haver alguma incorrecção porque a análise, dos documentos que instruem as propostas, é sempre efectuada em reunião secreta, mesmo que as reuniões sejam públicas, de harmonia com a legislação em vigor. \_\_\_\_\_

### **Resumo Diário da Tesouraria.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia vinte e nove de Janeiro, corrente: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de vinte e três milhões trezentos e dezoito mil seiscentos e oitenta e seis escudos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de sessenta milhões novecentos e vinte sete mil trezentos e setenta e oito escudos e cinquenta centavos. \_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

**Pagamentos efectuados entre os dias vinte e três e vinte e nove de Janeiro, corrente.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram feitos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 75.819.133\$50 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 3.977.477\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Comunicação de actos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre vinte e três e vinte e nove de Janeiro, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 42 licenças de obras; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 24 licenças para destruição de revestimento vegetal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Ampliação e Beneficiação do Mercado de Pombal - Procº nº 55/97 - Abertura de Propostas.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Senhor Presidente deu início ao acto público do concurso da empreitada mencionada em epígrafe, cujo prazo expirou em 28 de Janeiro, corrente. Tratando-se de um concurso público começou-se por ler o aviso publicado no Diário da República, nº. 273, III Série, de 25 de Novembro, do ano transacto.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De seguida o Senhor Presidente apresentou a lista da qual constam sete concorrentes, a qual foi lida em voz alta e é a seguinte:\_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_Joponte Construções, Ldª., com sede em Pombal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Viana & Conde, S.A., com sede em Granja do Ulmeiro;  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_João Salvador, Ldª., com sede em Tomar;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Socoliro, Construções, S.A., com sede em Fátima;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Leirlislena - Sociedade de Construções, Ldª., com sede em Barracão;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Ondiconstroi - Edificações de Construção Civil e Obras Públicas, Ldª., com sede em Pombal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Fernando dos Santos José, Ldª., com sede em Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não houve qualquer reclamação a que se refere o número um do artigo octogésimo terceiro do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Procedeu-se, acto contínuo, à abertura dos invólucros exteriores, pela ordem constante da lista atrás referida. Verificou-se então que os mesmos continham dentro dois invólucros interiores, um destinado aos documentos e outro à proposta.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pela mesma ordem foram de seguida abertos os invólucros contendo exteriormente a indicação de documentos, os quais foram rubricados pelo Presidente e por outro membro da Câmara.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De seguida a Câmara reuniu em sessão secreta, verificou os documentos apresentados pelos concorrentes e deliberou sobre a habilitação dos mesmos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Tornada, de novo pública a reunião, o Senhor Presidente da Câmara informou que foram apreciados os documentos apresentados pelos concorrentes e que a Câmara, em face dos mesmos, deliberou, por unanimidade, admiti-los todos.\_\_\_\_\_

Terminado o prazo a que se refere o número quatro do artigo octogésimo sétimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, não foram apresentadas quaisquer reclamações.

Procedeu-se em seguida à abertura dos invólucros que continham as propostas dos concorrentes, as quais foram rubricadas pelo Senhor Presidente e outro membro da Câmara.

Joponte Construções, Ld<sup>a</sup>., com a proposta no valor de 88.925.896\$00;

Viana & Conde, S.A., com a proposta no valor de 126.328.215\$00;

#### Acta nº 4 de 98.01.30

João Salvador, Ld<sup>a</sup>., com a proposta base no valor de 129.869.973\$00 e uma proposta condicionada no valor de 129.869.973\$00;

Socoliro, Construções, S.A., com a proposta no valor de 138.588.929\$00;

Leirislina - Sociedade de Construções, Ld<sup>a</sup>., com a proposta no valor de 93.999.613\$00;

Ondiconstroi - Edificações de Construção Civil e Obras Públicas, Ld<sup>a</sup>., com a proposta no valor de 96.876.349\$00;

Fernando dos Santos José, Ld<sup>a</sup>., com a proposta no valor de 127.725.000\$00.

Nestes montantes não se encontra incluído o IVA.

De seguida a Câmara em reunião secreta, procedeu ao exame formal das propostas.

Tornada, de novo, pública a reunião, o Senhor Presidente informou que as propostas foram todas admitidas.

Expirado o prazo de dez minutos, a que se refere o número três do artigo nonagésimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, sobre a admissão das propostas, o representante da Firma Ondiconstroi - Edificações de Construção Civil e Obras Públicas, Ld<sup>a</sup>., devidamente credenciado, apresentou reclamações contra as Firms Joponte Construções, Ld<sup>a</sup> e Leirislina - Sociedade de Construções, Ld<sup>a</sup>., dizendo que a proposta da Firma Joponte, Ld<sup>a</sup>. não referia o alvará da 5<sup>a</sup>. Categoria e que a proposta da Firma Leirislina, Ld<sup>a</sup>. não apresenta as declarações a que se refere o ponto 6.1 b) do Programa de Concurso.

A Câmara reuniu em sessão secreta e procedeu à análise das reclamações.

\_\_\_\_\_Tornada de novo pública a reunião, o Senhor Presidente informou que a Firma Joponte, Lda., de acordo com o nº 2 do artº 90º do Decreto-Lei nº 405/93, de 10 de Dezembro, possui todos os documentos previstos no Programa de Concurso, razão pela qual a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a reclamação; quanto à Firma Leirlslena, Lda., possui os alvarás da 2ª, 4ª e 5ª Sub-Categorias da 1ª Categoria exigidos no Programa de Concurso, sendo a 2ª Sub-Categoria da Classe 2, que cobre o valor total da obra, pelo que a Câmara deliberou, também por unanimidade, indeferir a reclamação.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo à Divisão de Obras Públicas, para efeitos de apreciação e informação.\_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_Nesta altura deu entrada na sala de reuniões o Vereador Senhor Dr. Joaquim António dos Santos Guardado.\_\_\_\_\_

**Beneficiação e Reparação de Outros Edifícios (Sede do Sporting Clube de Pombal) - Procº nº 60/97 - Abertura de propostas.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Senhor Presidente deu início ao acto público do concurso da empreitada mencionada em epígrafe, cujo prazo expirou em 29 de Janeiro, corrente. Tratando-se de um concurso limitado começou-se por ler o ofício-convite enviado a diversas firmas convidadas.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De seguida o Senhor Presidente apresentou a lista da qual constam três concorrentes, a qual foi lida em voz alta e é a seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Soteol - Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda., com sede em Moita do Boi - Louriçal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Adelino Brito Pimenta, com sede em Ranha de Baixo;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Rodrigues, Irmãos, Lda., com sede em Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não houve qualquer reclamação a que se refere o número um do artigo octogésimo terceiro do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Procedeu-se, acto contínuo, à abertura dos invólucros exteriores, pela ordem constante da lista atrás referida. Verificou-se então que os mesmos continham dentro dois invólucros interiores, um destinado aos documentos e outro à proposta.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pela mesma ordem foram de seguida abertos os invólucros contendo exteriormente a indicação de documentos, os quais foram rubricados pelo Presidente e por outro membro da Câmara.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De seguida a Câmara reuniu em sessão secreta, verificou os documentos apresentados pelos concorrentes e deliberou sobre a habilitação dos mesmos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Tornada, de novo pública a reunião, o Senhor Presidente da Câmara informou que foram apreciados os documentos apresentados pelos concorrentes e que a Câmara, em face dos mesmos, deliberou, por unanimidade, admiti-los todos.\_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_Terminado o prazo a que se refere o número quatro do artigo octogésimo sétimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, não foram apresentadas quaisquer reclamações.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Procedeu-se em seguida à abertura dos invólucros que continham as propostas dos concorrentes, as quais foram rubricadas pelo Senhor Presidente e outro membro da Câmara.

\_\_\_\_\_Soteol - Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda., com a proposta no valor de 6.714.860\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Adelino Brito Pimenta, com a proposta no valor de 7.337.225\$00;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Rodrigues, Irmãos, Lda., com a proposta no valor de 7.231.358\$00.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nestes montantes não se encontra incluído o IVA.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De seguida a Câmara em reunião secreta, procedeu ao exame formal das propostas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Tornada, de novo, pública a reunião, o Senhor Presidente informou que as propostas foram todas admitidas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Expirado o prazo de dez minutos, a que se refere o número três do artigo nonagésimo do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, barra, noventa e três, de dez de Dezembro, sobre a admissão das propostas, não foi apresentada qualquer reclamação.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo à Divisão de Obras Públicas, para efeitos de apreciação e informação.\_\_\_\_\_

**Construção do Posto de Turismo - Procº nº  
29/96 - Trabalhos a  
mais.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”1 - Relativamente à obra mencionada em epígrafe, informamos V. Exª. que o projecto inicial sofreu algumas alterações no que respeita a trabalhos a executar, nomeadamente:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.1 - A substituição do mosaico previsto por mármore, na parte exterior do edifício.\_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_1.2 - O reboco da parede exterior, que não foi incluído no projecto, mas que é necessário para se proceder ao assentamento do mármore;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.3 - O fornecimento e aplicação de armaduras exteriores e de uma calha electrificada solicitada pelo projectista, pelo facto de estar previsto, no projecto de electricidade, a execução de toda a rede eléctrica incluindo, apenas, o fornecimento de tomadas e pontos de luz.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.4 - A execução de um tecto falso, para instalação do ar condicionado previsto, na área onde irá funcionar a recepção do posto de turismo;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.5 - A substituição da película da esfera, que ficará à responsabilidade da firma adjudicatária, pelo facto da existente apresentar alguns problemas. Aqui, importa referir que o vidro inicialmente previsto não se comercializa.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 - Desta alteração ao projecto resultaram, ainda, trabalhos a menos no valor de 93.729.\$00, respeitante ao mosaico mencionado no ponto 1.1.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 - Nesta conformidade, propõe-se a V. Exª. a aprovação dos trabalhos a mais, acima referenciados e devidamente especificados em mapa anexo, no valor de 1.757.787\$00 mais IVA e dos trabalhos a menos, no valor de 93.729\$00, no sentido de se proceder à elaboração de contrato adicional no valor de 1.664.058\$00 mais IVA.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e a menos acima mencionados, bem com a minuta do contrato adicional a celebrar com o empreiteiro da obra.\_\_\_\_\_

## **Licenciamento de Obras Particulares/ Aprovação de Architecturas.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Avelino António, residente no lugar e sede de freguesia de Abiul, deste Concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração e ampliação de um imóvel destinado a habitação e comércio, na referida sede de Freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 1514/RC/97.\_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_De José Francisco Areia, residente no lugar e sede de freguesia de Meirinhas, deste Concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a armazém, no lugar de Meirinhas de Cima, da referida Freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 1781/RC/97.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De José Carlos Ferreira Mendes, residente na Rua de Sant'Ana, na sede de Freguesia da Redinha, deste Concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à ampliação de um imóvel destinado a bar, na referida Rua, a que se refere o processo de obras nº. 1072/RC/97.\_\_\_\_\_

## **Licenciamento de Obra Particular.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião o processo de obras nº. 900/RC/97, em nome de Maria Alice Gonçalves Silva, residente no lugar de Carrinhos, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de uns anexos, no referido lugar, tendo a requerente sido notificada através do ofício nº 16842, de 17 de Dezembro, findo, da intenção de

indeferimento e tendo-lhe sido concedido o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecesse, tendo a mesma apresentado uma exposição em que refere tratar-se de uma legalização de uma obra já executada antes da publicação do PDM. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Dado afinal se tratar de uma legalização de construção existente à data de publicação do PDM e à data seria legalizável e dado serem uns anexos de apoio à actividade agrícola será de considerar o pedido de reapreciação e aprovar o projecto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ À consideração superior." \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. \_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

### **Licenciamento de Obra Particular/ Indeferimento.** \_\_\_\_\_

—

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião o processo de obras nº. 687/RC/97, em nome de António Gameiro Gonçalves, residente no lugar de Mouriscas, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um anexo, no referido lugar, tendo o requerente sido notificado através do ofício nº 12423, de 12 de Setembro, do ano transacto, da intenção de indeferimento e tendo-lhe sido concedido o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecesse, tendo o mesmo apresentado uma exposição em que refere tratar-se de um anexo destinado ao armazenamento de alfaías agrícolas e produtos afins. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em anexo encontra-se um parecer desfavorável da Direcção Regional do Ambiente do Centro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se ainda uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Dado o local se encontrar na REN de acordo com o PDM em vigor, mantém-se a informação desfavorável de 97/09/03.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com o parecer da Direcção Regional do Ambiente do Centro e com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita. \_\_\_\_\_

### **Apoio a Freguesias.** \_\_\_\_\_

#### **Junta de Freguesia da Redinha.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia da Redinha, em que solicita apoio destinado ao pagamento dos autos de trabalhos a mais da obra de Construção da Extensão do Centro de Saúde da Redinha, no montante de 3.146.364\$00, mais IVA. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia da Redinha com um subsídio no montante de 3.303.682\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

#### **Junta de Freguesia de Louriçal.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia do Louriçal, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a reparação da máquina daquela Junta de Freguesia, no montante de 210.800\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia do Louriçal, com um subsídio no valor de 210.800\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

#### **Junta de Freguesia de Louriçal.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia do Louriçal, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o combustível despendido com a máquina daquela Junta de Freguesia, no montante de 50.000\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia do Louriçal, com um subsídio no valor de 50.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

**Junta de Freguesia de Santiago de Litém.**

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Santiago de Litém, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com os trabalhos efectuados no edifício de apoio às Festas da Senhora dos Milagres, no lugar de Catelaria, daquela Freguesia.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Santiago de Litém, com um subsídio no valor de 500.000\$00, para o efeito.

**Junta de Freguesia de S. Simão de Litém.**

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de S. Simão de Litém, em que solicita apoio destinado a minimizar as despesas com a mão de obra utilizada na reconstrução dos muros de suporte da Igreja e Cemitério, daquela sede de Freguesia.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de S. Simão de Litém, com um subsídio no valor de 820.000\$00, para o efeito.

Acta nº 4 de 98.01.30

**Apoio a Entidades.**

**Centro Social Júlio Antunes.**

Foi presente à reunião uma carta do Centro Social Júlio Antunes, que a seguir se transcreve:

"Vai o Centro Social Júlio Antunes de Vermoil, iniciar a sua actividade com o serviço de apoio domiciliário, a partir do início do próximo mês de Dezembro, como já vos foi comunicado.

Para o desempenho da tarefa a que nos propomos, necessitamos de adquirir vários equipamentos indispensáveis, nomeadamente, máquina de lavar roupa, máquina de passar, fogão, arca congeladora, veículo automóvel para transporte, e outros mais.

Até esta data não fomos contemplados com qualquer subsídios para fazer face aos custos com a aquisição do equipamento atrás mencionado.

Também nesta fase inicial ainda não temos acordo com o Centro Regional de

Segurança Social para apoio financeiro pelos serviços prestados aos utentes, pelo que vai caber à Direcção desta Colectividade o suportar com todas estas despesas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Como se antevêem certas dificuldades, vimos junto do Senhor, para que através da Câmara a que V. Ex<sup>a</sup> preside, nos seja concedido um subsídio de modo a atenuar esta dificuldade com que nos estamos a deparar.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Técnica Superior de Serviço Social, desta Câmara Municipal, quer a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”O Centro Social Júlio Antunes de Vermoil é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que iniciou a sua actividade em Janeiro do corrente ano com a valência de serviço de apoio domiciliário para idosos/dependentes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ainda não foi celebrado acordo com o serviço Sub-Regional de Leiria do Centro Regional de Segurança Social do Centro, conforme informações obtidas junto daquele Serviço, mas está previsto a celebração do mesmo para 7 utentes ainda no 1º semestre do corrente ano. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não têm ainda instalações próprias, mas para poder iniciar desde já a prestação de serviços está a equipar uma cozinha e uma lavandaria em instalações provisórias, cedidas pela Filarmónica de Vermoil, e solicitam apoio para esse fim. \_\_\_\_\_

#### Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_ Face ao exposto e tendo em conta que se trata de uma I.P.S.S. que desenvolve a sua actividade na área dos idosos numa freguesia que até ao momento não tinha qualquer instituição que desse resposta à problemática daquele grupo etário parece-me que a Câmara deverá apoiar esta instituição na aquisição do equipamento de acordo com critérios utilizados em situações idênticas.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar o Centro Social em epígrafe com dez por cento do valor da obra adjudicada e com dez por cento do valor do equipamento. \_\_\_\_\_

#### **Centro Social Paroquial de Almagreira.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma carta do Centro Social em epígrafe, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a adaptação das instalações daquele Centro para convívio dos idosos daquela Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar o referido Centro, com um subsídio no montante de 1.000.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

**Terras de Sicó/Minuta de Protocolo.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião a minuta do protocolo, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”**PROTOCOLO**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Entre:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PRIMEIRA OUTORGANTE:** Câmara Municipal de Pombal, contribuinte número 680 005 374, com sede no Largo do Cardal, em Pombal, neste acto representada pelo seu Presidente Engenheiro Narciso Ferreira Mota, casado, residente em Leiria,\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **SEGUNDA OUTORGANTE:** Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento, contribuinte n.º 503 497 720, neste acto representada pelo seu Presidente de Direcção e Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Engenheiro Jorge Manuel da Conceição Teixeira Bento, casado, residente em Condeixa-a-Nova,\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ É livremente acordado celebrar o presente Protocolo, sob as condições constantes nas cláusulas seguintes:\_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

\_\_\_\_\_ **PRIMEIRA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Primeira Outorgante é proprietária e legítima possuidora de prédio inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Redinha sob o Artigo 1.º, sito na rua de Sant`Ana, 3100 Redinha.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **SEGUNDA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pelo presente a Primeira Outorgante autoriza a Segunda Outorgante a ocupar parte das instalações do referido prédio, constituída pela Sala do Topo Sul, nos termos seguintes:

\_\_\_\_\_ a) a autorização vale pelo prazo de um ano, tendo o seu início em 1 de Fevereiro de 1998 e terminando no último dia útil do mês de Janeiro de 1999, renovando-se automaticamente por iguais e sucessivos períodos se não denunciada por qualquer das partes, mediante comunicação sob registo postal com aviso de recepção com, pelo menos, 30 dias de antecedência;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) o espaço em causa destina-se a escritório nele podendo, portanto, ser desenvolvidas as actividades habitualmente adstritas a esse fim, não se lhe podendo dar qualquer outro uso ou destino sem autorização revestida da forma escrita da Primeira Outorgante;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) a compensação anual é no montante de UM MILHÃO E DUZENTOS MIL ESCUDOS, que deverá ser paga em duodécimos de CEM MIL ESCUDOS nos primeiros oito

dias úteis do mês a que disser respeito, na sede da Primeira Outorgante;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) a Primeira Outorgante suportará as despesas correntes com água e electricidade que o uso previsto neste Protocolo implicar;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) a Segunda Outorgante, só mediante prévia autorização a ser dada por escrito da Primeira Outorgante, poderá efectuar obras ou benfeitorias no local objecto deste Protocolo, as quais, uma vez feitas, ficam a constituir parte integrante do mesmo, não tendo em caso algum e relativamente a elas, direito de indemnização nem retenção;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) a cedência a qualquer título, no todo ou em parte, do espaço objecto deste Protocolo, sem prévia autorização por escrito da Primeira Outorgante, fica expressamente proibida;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) todas as obras de conservação e de reparação de que a sala expressamente referida nesta Cláusula interiormente carecer, ficam a cargo da Segunda Outorgante que, por sua vez, responderá por toda e qualquer deterioração nela causada por sua responsabilidade, culpa ou negligência;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_h) finda a autorização, nos termos da presente Cláusula, a Segunda Outorgante deverá deixar o local limpo e em bom estado de conservação, tal qual se encontra aquando da assinatura do presente Protocolo.\_\_\_\_\_

Acta nº 4 de 98.01.30

### **TERCEIRA**

\_\_\_\_\_Para as questões emergentes do presente Protocolo as partes acordam o foro da Comarca de Pombal, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Feito em duplicado, ficando o original, devidamente assinado, em poder da Primeira Outorgante, em Pombal aos \_\_\_\_ dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa oito.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a minuta do protocolo e dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substituir para o assinar.\_\_\_\_

### **Intervenção do Público.**

\_\_\_\_\_Sendo esta a última reunião ordinária da Câmara no mês de Janeiro e encontrando-se vários pessoas na sala, o Senhor Presidente perguntou se algum dos presentes pretendia intervir.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De imediato interveio o Senhor Manuel Gonçalves Mendes, residente no lugar de Travasso - Pombal, solicitando esclarecimentos acerca da construção do Cemitério do lugar de Travasso, pois, segundo ele, a construção naquele local irá prejudicar os seus terrenos e dos seus familiares, bem como a água dos poços que servem as suas habitações, havendo possibilidade de contaminação devido a determinadas doenças. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De seguida o Senhor Presidente esclareceu o munícipe que a construção do cemitério naquele local em nada prejudica os habitantes do lugar, pois os terrenos foram analisados pelos Serviços competentes da CCRC e da Delegação de Saúde. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Acrescentou que o munícipe deveria mandar proceder à análise da água dos seus poços antes e após a utilização do cemitério. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu redigi, subscrevo e vai ser assinada. \_\_\_\_\_